



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Bacharelado em Ciência Política

**ANÁLISE DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL
NO CONTEXTO PÓS-*APARTHEID***

Fátima Caroline Barbosa de Oliveira

Brasília
2016

FÁTIMA CAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL
NO CONTEXTO PÓS-*APARTHEID***

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Aninho Irachande.

Brasília

2016

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Bacharelado em Ciência Política

FÁTIMA CAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL
NO CONTEXTO PÓS-APARTHEID**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Aninho Irachande – Orientador
IPOL/UnB

Prof. Dr. _____ – Membro
IPOL/UnB

Prof. Dr. _____ – Membro
IPOL/UnB

Prof. Dr. _____ – Suplente
IPOL/UnB

Brasília, _____ de _____ de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos que, independentemente da circunstância, sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui não foi fácil. Mas, graças a Deus, caminhei ao lado de pessoas que foram essenciais para meu crescimento moral, pessoal e acadêmico.

Agradeço aos meus pais, pela oportunidade de me proporcionar uma vida de estudos fora do meu estado. Mesmo longe, o amor e a confiança depositada cresceram a cada dia.

Aos meus irmãos, pela força e incentivo quando precisei. Ainda que longe, sempre estivemos muito próximos.

Às minhas cunhadas, pela amizade e, aos meus sobrinhos, pelos momentos de descontração e alegria.

Aos meus primos, pela convivência diária e aprendizados constantes.

Aos avós e tios, pelo apoio e carinho. À vovó Bárbara (*in memoriam*) pelos cuidados em Brasília e por todas as orações.

Ao professor orientador Aninho Irachande, pela paciência, atenção e palavras de ânimo ao longo desta pesquisa.

Às demais pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização de mais esta etapa.

RESUMO

A pesquisa trata da democracia na África do Sul após o regime do *apartheid*. Há um breve histórico do país para se entender como surgiu o regime e como ele se institucionalizou. Depois, é possível compreender quais fatores levaram o fim do *apartheid* e como foi a transição para um regime supostamente democrático. Para entender se a democracia no contexto atual é, de fato, efetiva, analisaram-se características sociais, políticas e econômicas daquele país.

Palavras-chave: África do Sul. *Apartheid*. Mandela. Democracia. África.

ABSTRACT

The research deals with democracy in South Africa after the apartheid regime. There is a brief history of the country to understand how did the regime and how it became institutionalized. Then you can understand what factors led to the end of apartheid and how was the transition to a supposedly democratic regime. To understand whether democracy in the current context is indeed effective, analyzed social, political and economic of the country.

Palavras-chave: South Africa. Apartheid. Mandela. Democracy. Africa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	- <i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
BEE	- Black Economic Empowerment
BRICS	- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CNA	- Congresso Nacional Africano
CPA	- Congresso Pan Africano
EUA	- Estados Unidos da América
FIFA	- <i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GEAR	- <i>Growth, Employment and Redistribution</i>
HIV	- <i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IBAS	- Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
ONU	- Organização das Nações Unidas
OUA	- Organização da Unidade Africana
PHC	- <i>Primary Health Care</i>
PIB	- Produto Interno Bruto
RDP	- <i>Reconstruction and Development Programme</i>
SADC	- <i>Southern Africa Development Community</i>
SAMP	- <i>Southern African Migration Project</i>
UA	- União Africana
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A ÁFRICA DO SUL E O APARTHEID	10
1.1 A ÁFRICA DO SUL	10
1.2 A HISTÓRIA DO APARTHEID	11
1.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO APARTHEID	13
1.4 O DESMANTELAMENTO DO APARTHEID	15
1.5 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO.....	16
2 A DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL.....	19
2.1 AS BASES DA NOVA DEMOCRACIA SUL-AFRICANA	19
2.2 A ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA	21
3 A ATUAL DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES ...	27
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Com o fim do *apartheid*, a chegada da democracia sul-africana foi considerada um marco naquele contexto. A sociedade e a política local não mais estavam amarradas pelos constrangimentos do regime segregacionista e por sua política de desestabilização regional, a África do Sul estava pronta para abraçar o continente africano e o mundo como importante constituinte de sua identidade.

A chegada de Mandela à presidência deu um novo tom à política externa. A nova África do Sul democratizada, começava a apresentar então, indícios de princípios de justiça, direitos humanos e democracia.

Assim, dado que a transição de um regime autoritário pode ser considerada um importante marco para mudanças na configuração da política, da sociedade e do contexto do país como um todo, é possível e pertinente realizar uma análise a respeito do fim deste regime segregacionista mostrando seus passos, suas características e o resultado supostamente democrático do processo, que hoje pode ser observado no contexto atual naquele país.

A pesquisa teve como intuito principal analisar o processo democrático após o regime do *apartheid* na África do Sul. No primeiro capítulo, tratou-se de um breve histórico do país, como o *apartheid* se institucionalizou, como se enfraqueceu e o processo de transição entre este regime e a democracia. No segundo capítulo, observaram-se as bases da democracia sul-africana, bem como suas características políticas, sociais e econômicas. Já no terceiro capítulo, é possível tratar da democracia no contexto atual, seus avanços e suas limitações.

A questão que norteou minha pesquisa foi: após o regime do *apartheid* em 1994, a democracia no Estado sul-africano foi, de fato, implementada e consolidada nos âmbitos político e social?

Assim, para o desenvolvimento do trabalho, o principal método utilizado foi a análise de dados secundários. Além disso, utilizaram-se informações complementares e a análise de dados primários em *sites* de governo e de instituições.

Tratar sobre este tema, para mim, foi desafiador e ao mesmo tempo muito prazeroso. Decidi que o trabalho seria relacionado à África após fazer uma disciplina na graduação referente à política daquele continente. Eu não conhecia muito sobre o assunto e o estudo a respeito da colonização na África aguçou meu interesse. Assim, decidi limitar minha pesquisa à África do Sul que é um país bastante instigante e curioso.

1 A ÁFRICA DO SUL E O APARTHEID

1.1 A ÁFRICA DO SUL

A África do Sul ou República da África do Sul (1961) é um país que se localiza ao sul do continente africano entre os oceanos Atlântico e Índico. Limita-se com a Namíbia, Botsuana e Zimbábue ao norte; Moçambique e Suazilândia a leste; e com o Lesoto, um enclave incrustado na África do Sul, rodeado de montanhas e sem saída para o mar.

O país tem uma vasta biodiversidade e uma grande variedade cultural, de religiões e também de idiomas. São onze línguas oficiais. Dentre elas, temos: africâner (oriundo do neerlandês), inglês, ndebele, xhosa e zulu.

A África do Sul, atualmente, possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do continente, ficando atrás da Nigéria, apenas. Tem uma concentração de 18% do PIB total do continente africano e quase 50% da produção de minérios. Ainda assim, infelizmente, detém altíssimos níveis de discriminação racial e social.¹

Sua economia até a I Guerra Mundial se baseava na mineração de diamantes e do ouro e, em alguns locais, na agricultura. Após a II Guerra, o processo industrial e de desenvolvimento começou a se expandir e atualmente é parte de um dos setores básicos da economia local.

Os setores de energia, de comunicações e de transportes são bem desenvolvidos; além do setor agropecuário onde se pode destacar a produção de milho, trigo, cana, carne e legumes. No setor industrial, são considerados principalmente a montagem de automóveis, a produção de máquinas, a indústria de fertilizantes e de produtos químicos (PEREIRA, 2013).

A África do Sul possui vasta variedade de recursos naturais. É a maior produtora mundial de ouro, platina, cromo, e manganês. Além disso, produz diamante, carvão, níquel, urânio e gás natural. Tudo isso não ameniza a taxa de desemprego, como já mencionado, uma vez que em 2015 registrou 26,4%, uma das maiores do mundo.

O país é uma república parlamentar e, atualmente, o presidente Jacob Zuma, envolvido em denúncias de corrupção, teve o pedido de *impeachment* negado. A Suprema Corte sul-

¹ Cf. TRADINGS ECONOMICS. **África do Sul – Indicadores econômicos**. S. d. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/south-africa/indicators>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

africana decidiu que o presidente deveria devolver cerca de US\$ 16 milhões aos cofres públicos, dinheiro este que foi supostamente gasto em algumas de suas obras particulares.²

1.2 A HISTÓRIA DO *APARTHEID*

*Apartheid*³, em afrikaans, língua crioulezada derivada do holandês, significa segregação ou separação que traduz a doutrina oficial orientadora da política de governo sul-africano até meados da década de 1990.

O *apartheid* não significou apenas discriminação racial, mas, uma discriminação que englobou vários aspectos como: jurídico, político, social, espacial, cultural e econômico.

Para compreender melhor este fato histórico, é preciso entender que a institucionalização do *apartheid* na década de 1940, foi o resultado de uma longa sucessão de fatos relativos à conquista e à colonização de terras que, por muitas vezes, refletiu na expansão do imperialismo. Ao longo de mais de dois séculos, ingleses e holandeses conduziram estas dominações.

Cada uma dessas administrações continha peculiaridades e gozava de relações distintas com os nativos, porém, em sua grande maioria, aos olhos dos europeus, aqueles eram julgados inferiores devendo ser usados essencialmente como força de trabalho (JONGE, 1991).

Os holandeses, inicialmente, no século XVII, colonizaram e exploraram a área do Cabo da Boa Esperança através de suas expedições em navios, onde acabaram por se fixar para ampliar seu monopólio. Assim, se tornariam colonos livres e independentes.

Por um longo período os holandeses foram os colonizadores naquela região, até que entre os séculos XVIII e XIX conflitos de fronteiras começaram a se tornar frequentes e, em um desses embates, tropas britânicas se apossaram daquele espaço.

Ao se instalarem na região, britânicos, africânderes (descendentes dos holandeses que lá estavam) e nativos acirravam intensos conflitos, principalmente porque os colonizadores ingleses impunham suas próprias regras, deixando de lado os costumes locais, línguas e crenças, subjugando-os e fazendo com que estes tivessem que lutar por sua independência junto a seus povos.

² Cf. PRESIDENTE da África do Sul escapa do impeachment. In: G1, **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 05 de abril de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/presidente-da-africa-do-sul-escapa-do-impeachment.html>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

³ A palavra *apartheid* é dicionarizada no Brasil.

Com a chegada dos britânicos, a situação dos africânderes passa a ser de colonizadores para colonizados e, então, de fato, isto causa um mal-estar, pois passam a perder privilégios que antes gozavam. Assim, insatisfeitos com o fato de os britânicos os considerarem injustamente iguais aos negros nativos, eles migram para o norte com a intenção de serem mais independentes, inclusive economicamente falando, pois buscavam também fugir dos altos impostos que os britânicos exigiam.

Muitos foram para a Angola e outros fundaram repúblicas independentes como a do Transvaal e do Estado de Livre Orange. Porém, a fase de independência não durou muito. Os britânicos descobriram jazidas de ouro no Transvaal e invadiram o país. O número de britânicos passava de 500 mil homens e os africânderes contavam com pouco menos de 100 mil.

Desta forma, em 1902, os africâneres ao sofrerem diversos massacres, e terem visto mais de 20 mil crianças e mulheres em campos de concentração, se veem obrigados a assinar uma declaração de paz com os britânicos (JONGE, 1991).

As repúblicas independentes, então, foram anexadas às terras das colônias britânicas o que repercutiu na criação de um novo país, a chamada União da África do Sul, ocorrido em 1910. Mesmo com a incorporação das repúblicas, os africânderes seguiam como donos de grande parte dos minerais da região e também das terras, sendo ainda bastante influentes na política. Assim, os britânicos, se viam interessados em manter este apoio e aceitaram incluir na nova Constituição do país itens racistas já impostos pelos africâneres.

Em 1920, a política de opressão se alastrava e ganhava novas leis, inclusive leis que incluíam a proibição de relações sexuais entre indivíduos de raças distintas.

Na década de 1930, a situação parecia piorar. Muitos jovens africânderes, após concluírem seus estudos, eram recém-chegados dos países baixos e de outras localidades da Europa. Disseminavam então, ideias que remetiam à Alemanha nazista, onde idealizavam a superioridade de uma raça e a ideologia de sua pureza.

Em maio de 1948, com a vitória do Partido Nacional nas eleições, o Primeiro Ministro passou a ser Daniel Malan. Dentre suas propostas de campanha tínhamos: acabar com os últimos elos entre a União da África do Sul e a Coroa Britânica e estabelecer um desenvolvimento segregado entre brancos, *coloureds* (mestiços) e negros.

1.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO APARTHEID

Foi entre os anos de 1948 e 1961 que se instituiu o *apartheid*. Nos primeiros anos do governo nacionalista, notava-se o declínio dos salários dos negros e uma definição do local de moradia estabelecido pela cor dos indivíduos (JONGE, 1991).

A ideologia racista de supremacia da raça branca que já se notava antes foi readaptada ao princípio estruturador do sistema segregacional. Assim, temos alguns exemplos de leis racistas vigentes daquele período:

- Para decidir se uma pessoa é ou não “evidentemente branca pela aparência”, o funcionário competente leva em conta seus hábitos, sua educação, seu modo de falar e seu aspecto, todo o seu comportamento geral, enfim.
- O africano, mesmo que tenha vivido durante 50 anos na cidade onde nasceu, não tem direito a receber um amigo africano em sua casa por mais de 72 horas
- O africano que vive numa cidade e ensina amigos africanos a ler, sem remuneração, em sua própria casa, é culpado de delito reprimido pelo Código Penal. Esse crime castiga-se com multa ou prisão por seis meses.
- O homem solteiro ou casado cuja “aparência seja evidentemente branca” ou que, “em geral, é aceito e considerado como branco”, que tente ter relações sexuais com uma mulher que por sua “aparência não seja evidentemente branca”, ou que, em geral, não seja aceita ou considerada como branca, é culpado de delito, reprimido com prisão, sob trabalhos forçados, de até sete anos, a menos que possa provar ao tribunal que naquele momento julgava que a mulher fosse branca.
- Os africanos são proibidos de participar de qualquer tipo de greve. A penalidade pode ser multa ou de prisão por três anos ou ambas as coisas.
- Sem permissão especial, nenhum professor africano pode dar conferência num clube branco, nem sequer a convite; se o faz, comete delito reprimido pelo Código Penal (COMITINI, 1980, p. 125-157).

Contra esta legislação, o Congresso Nacional Africano (CNA)⁴, uma espécie de movimento que advogava pelas causas dos negros, organizou uma série de combates ao longo da década de 1950.

Os direitos políticos, civis, econômicos, culturais e sociais dos negros foram comprometidos por mais de quatro décadas. O processo de diferenciação racial era comum e se tornou cada vez mais banal. Negros não tinham direito a voto. As separações nas escolas e universidades eram evidentes. E não era diferente nos transportes públicos, nos hospitais e até nos locais de lazer (JONGE, 1991).

Sob outra perspectiva, para os investidores de fora da África do Sul, naquela época a situação era oportuna e atrativa, pois os lucros eram altos graças aos salários baixos que eram pagos e também à ausência do direito de greve.

⁴ Em inglês, a sigla é conhecida como ANC (*African National Congress*).

Em 1952, o CNA, com o apoio de outros movimentos anti-*apartheid* como os dos asiáticos e mestiços, iniciou uma espécie de campanha de desobediência civil. Os regulamentos que defendiam o *apartheid* começavam a ser intencionalmente violados. Assim, em 1955, o Congresso do Povo (integração de vários movimentos), construiu uma Carta de Liberdade (Freedom Charter). Esta Carta continha a ideia de uma reforma democrática que pretendia resguardar igualdade entre os indivíduos. Em seu preâmbulo, se lia:

- [...] - O povo governará
- Todos os grupos nacionais terão o mesmo direito
- A riqueza nacional será distribuída entre seu povo
- Todos serão iguais perante a lei
- Liberdade para a cultura e ensino [...] (JONGE, 1991, p. 51).

O documento parecia mais que uma perspectiva de reforma democrática, e, com sua promulgação, já era visível uma postura revolucionária e uma nova fase no movimento de oposição.

Em março de 1960, na cidade de Sharpeville, ocorreu um protesto pacífico organizado pelo Congresso Pan Africano (CPA). O protesto foi motivado pela reação à chamada “Lei do Passe” que limitava o direito de ir e vir dos negros e também dos *coloureds*. A polícia respondeu de forma violenta ao protesto, o que acabou resultando em 69 mortes e mais de 170 feridos.

Esta data tornou-se um fato marcante do *apartheid* pois foi a partir de então que comunidades internacionais começavam a se posicionar contra o governo da época que era representado pelo presidente Henrick Verwoerd.

Foi entre a década de 1960 e 1970 que a África do Sul presenciou um crescimento na economia nunca visto antes. Além disso, as estradas de ferro, rodovias e sua estrutura portuária eram eficientes e demonstravam evoluir cada vez mais, o que refletia principalmente nas exportações (MAGNOLI, 1998).

É possível afirmar que a África do Sul, durante o período do *apartheid*, foi o país mais rico da África Austral uma vez que detinha a maior produção de ouro e diamantes. Assim, esta era a fonte de riqueza do país que também refletia na estabilidade política sul-africana. Apesar do fato da segregação, a população negra possuía renda superior a qualquer outro país do continente.

Muitos países possuíam alguma confiança na produção de minérios da África do Sul e não dispensavam investimentos no país. A Grã-Bretanha foi o principal investidor estrangeiro, juntamente com a Alemanha Ocidental que era outro parceiro entusiasmado com

a África do Sul. Certamente notava-se que as exportações sul-africanas, por muitas vezes, superaram as vendas britânicas. A África do Sul se beneficiou por anos do aparato bélico alemão, o que estabelecia de fato uma clara cooperação sob o aspecto militar (MAGNOLI, 1998).

1.4 O DESMANTELAMENTO DO *APARTHEID*

No fim da década de 1970, a África do Sul já não possuía o apoio de alguns países no que tange o regime político. Portugal, por exemplo, começava a abrir mão de suas colônias Moçambique e Angola.

O preço do ouro só declinava e esta queda refletiu também nas matérias-primas que, por consequência, diminuiu significativamente as exportações e trouxe uma desvalorização do Rand sul-africano.⁵

Com a realidade em questão, os negros começam a se organizar de maneira mais efetiva para enfrentar o *apartheid*. Já se notava a figura de alguns nomes que mais adiante seriam bastante conhecidos. Dentre eles, estavam Nelson Mandela e Oliver Tambo.

Nelson Mandela era um jovem estudante de direito e membro do CNA. Foi condenado em 1964, juntamente com outros participantes do CNA. Ele foi acusado de sabotagem e de conspirar com outros países a invasão da África do Sul.⁶

Mesmo Mandela estando em reclusão, a luta pelo fim do *apartheid* não parava. Sua esposa, na época, Winnie Madikizela⁷ e mais diversos membros do CNA estavam cada vez mais empenhados no incentivo a protestos pacíficos contra o regime segregacionista e suas leis discriminatórias.

No ano de 1982, Nelson Mandela foi transferido para a prisão Pollsmoor, nos arredores da cidade do Cabo. Foi o primeiro indício para que o governo sul-africano percebesse que o regime segregacionista estava se desmanchando. O país se via caótico com o alto número de protestos, o aumento de violência contra a minoria branca, além de atentados e greves cada vez mais frequentes.

Começava aí o primeiro resquício de uma transição de regime. O contexto mundial ia se modificando e passava a não mais ver o sistema de separações como antes. Pretória ia ficando de lado e isolada no contexto diplomático (MAGNOLI, 1998).

⁵ Moeda sul-africana da época. Ainda continua a mesma.

⁶ NELSON Mandela. In: **UOL Educação**, São Paulo, 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/nelson-mandela.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

⁷ Segunda esposa de Mandela, com quem ficou casada por 38 anos.

1.5 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO

A transição do regime do *apartheid* para um regime democrático na África do Sul não foi pacífica, mas pode ser interpretada como um importante momento político.

Em 1990, Frederic Willem De Klerk chega à presidência da África do Sul. O momento em que recebeu o cargo de presidente foi um momento muito delicado e cheio de mudanças dentro da política sul-africana. Segundo Magnoli (1998), a carência de opções de De Klerk era o reflexo de uma economia parada na África do Sul.

[...] As sanções internacionais estavam no centro da retração da economia: o valor das exportações conheceu decréscimo de 8% na década, enquanto o das importações retrocedeu 6,6%. Os EUA tinham deixado de ser o maior parceiro comercial do país desde a interdição dos negócios de petróleo, carvão, urânio, ouro, aço, têxteis, produtos de alta tecnologia e mercadorias agrícolas deliberadas em 1986. Além disso, as sanções de Washington interditavam novos investimentos diretos na África do Sul, depósitos sul-africanos em bancos americanos e ligações aéreas entre os dois países. [...] (MAGNOLI, 1998, p. 75).

Para melhorar a situação em que o país se encontrava, De Klerk definiu que partidos e movimentos considerados ilegais não seriam mais condenáveis. Exilados do país tiveram a oportunidade de retornar e vários presos políticos ganharam liberdade. Após 40 anos de um sistema radical, a África do Sul ia se modificando aos poucos.

Em 1990, Nelson Mandela foi posto em liberdade após quase três décadas de reclusão. Retoma então suas lutas em prol de um país mais justo e democrático. Continua com seus ideais juntamente com outros parceiros pela causa e, em 1991, é eleito presidente do CNA, passando a empreender viagens a vários locais (PEREIRA, 2013).

Segundo Analúcia Danilevicz:

[...] As negociações entre os líderes do CNA e do Partido Nacional, com vistas aos estabelecimento de um governo de maioria na África do Sul, só foram possíveis porque tanto o regime racista quanto os movimentos de libertação encontravam-se enfraquecidos com o final da Guerra Fria em função das profundas transformações que afetaram o sistema internacional. Ainda assim, ambos os lados utilizaram força, mesmo que desigual, durante o período de negociações e depois de definidos os resultados do pacto. [...] (PEREIRA, 2013, p. 166).

Em abril de 1994, as primeiras eleições democráticas na África do Sul aconteceram. Nelson Mandela foi eleito o novo presidente do país com 62% dos votos. Uma de suas principais promessas era de poder existir um país onde todos teriam direitos iguais independente da raça ou cor da pele (CASALS, 2010).

Além disso, importantes discussões sobre como o país enfrentaria seu passado de violência foram iniciadas. O perdão aos criminosos políticos era uma alternativa difícil a ser pensada, diante daquele contexto onde se via recém-surgido o estado de direito da República da África do Sul pós-*apartheid*.

Sob outra perspectiva, processar os criminosos podia ser uma alternativa prática. Mas era preciso definir qual aparato jurídico daria conta do enorme quantitativo de indiciados. No âmbito político, trazer à tona os criminosos do *apartheid* poderia implicar na possibilidade de surgir uma guerra civil. Isto, de maneira geral, não interessava ao CNA, nem ao partido político dos não brancos, que se encontrava em negociação, no processo de transição, com o Partido Nacional (OLIVEIRA; CARMO, 2015).

Assim, uma opção a ser considerada seria lidar com o passado através da instalação de uma Comissão de Verdade e Reconciliação. Ela teria o objetivo de “privilegiar a apuração e a difusão da verdade, o reconhecimento da dignidade das vítimas e o perdão dos perpetradores, como uma forma de reconstrução da estrutura social”. As discussões sobre a reconciliação podem ser consideradas de duas maneiras: discussões da microverdade (muitas vezes se encerravam com o perdão entre as partes) e discussões da macroverdade.

Com a eleição de Nelson Mandela, direitos políticos e sociais e civis foram adquiridos pela população negra, trazendo uma nova ordem social e política no país. Assim, viu-se um momento ideal para se ampliar, de maneira institucionalizada, os direitos humanos na África do Sul. Segundo Norberto Bobbio (2011), os direitos nascem quando precisam nascer, ou seja, quando há estruturas que propiciem sua aplicabilidade e quando há certa maturidade da sociedade para implementar estas normas. A situação política vivida pelos sul-africanos começava a propiciar a instalação da Comissão, o que traria o retorno da cidadania e também a manutenção da unidade nacional (OLIVEIRA; CARMO, 2015).

A Comissão de Verdade e Reconciliação foi elaborada através da Lei de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional de 1995, um de seus principais propósitos era o de investigar casos considerados graves de violação de direitos humanos ocorridos entre os anos 1960 e meados da década de 1990. Assim, possuía três comitês: o Comitê de Violação de Direitos Humanos, o Comitê de Anistia e o Comitê de Reparações e Reabilitação.

O Comitê de Violação de Direitos Humanos era o responsável pela investigação do passado e pela realização do recolhimento de testemunhos das vítimas, assim, registrava e difundia informações; o Comitê de Anistia era o responsável pelo recebimento e apreciação dos pedidos para anistiar os agressores; e, por fim, o Comitê de Reparação e Reabilitação definia as medidas de apoio às vítimas.

Com a Comissão de Verdade e Reconciliação, também se objetivava oferecer uma resposta à sociedade através da demonstração da ação do Estado para um novo contexto. Isto porque qualquer sociedade necessita de justificativas que ofereçam sentidos às ações sociais, que motivem as pessoas, que organizem suas percepções diante dos acontecimentos e justifiquem suas circunstâncias (OLIVEIRA; CARMO, 2015).

Apesar de todos os debates sobre as condições para se implementar a anistia, era imprescindível não descartar a possibilidade de concessão de anistia individual. Para o procedimento, era necessário o preenchimento dos critérios estabelecidos, onde se incluíam provas de sua motivação política, e o depoimento completo sobre o que havia acontecido, além das provas de que as ações tinham sido proporcionais ao objetivo pretendido. As situações que preenchessem todos os critérios estariam livres de ação criminal diante da Comissão. Para os que não solicitassem a anistia, seus nomes poderiam estar comprometidos por outros depoimentos na Comissão e neste caso estaria sujeito à justiça criminal.

A Comissão era basicamente norteadada por uma ideia de justiça restauradora e não criminal. Outro conceito fundamental foi o de ubuntu⁸. O método de trabalho utilizado era voltado para a investigação, através do recolhimento dos depoimentos e na difusão pública dos atos através da mídia. Assim, se pretendia uma justiça social baseada na necessidade de considerar, escutar, compensar e dignificar as vítimas, mas também em perceber os perpetradores, trazendo a sua posterior integração à sociedade (OLIVEIRA; CARMO, 2015).

A atuação da Comissão caminhava, ainda que a passos curtos, para a formação de um estado de direito e de uma sociedade democrática. A reconciliação acabou favorecendo o processo democrático ao mesmo instante em que rompia paredes construídas em torno de grupos raciais.

No ano de 1996, a Constituição da República da África do Sul foi escrita e entrou em vigor em fevereiro de 1997, onde definia finalmente o término do regime do *apartheid*.

⁸ A palavra *ubuntu* se molda através da relação entre o indivíduo e a comunidade. Traz uma noção de fraternidade, cooperação com o outro, compaixão e se opõe ao narcisismo e ao individualismo. Cf. WIKIPÉDIA. **Ubuntu**. S. d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ubuntu>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

2 A DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL

2.1 AS BASES DA NOVA DEMOCRACIA SUL-AFRICANA

Segundo Bobbio (2009, p. 22), qualquer regime democrático é entendido como sendo “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Assim, é parte de qualquer regime democrático uma instituição de normas e leis que venham moderar as disputas políticas.

É primordial que o poder esteja sempre em disputa, pois, diferentemente do que ocorre no sistema autocrático, o povo precisa ser chamado para tomar decisões. Nesse âmbito, podemos afirmar que uma das principais características da democracia é a adoção de regras materializadas em leis que venham a regular decisões coletivas e seus procedimentos.

Bobbio (2009) afirma que em um regime democrático é possível observar características como: todos os cidadãos que chegam à maioria, sem distinção de sexo, raça, religião, situação financeira devem gozar dos direitos políticos, ou seja, todos devem ter o direito de expressar sua opinião e de escolher quem o represente.

Além disso, todas as pessoas que exercem direitos políticos devem ter a liberdade de votar de acordo com sua própria convicção; devem ser livres também ao escolher partidos ou soluções diferentes para garantir que grupos políticos estabeleçam concorrência entre si.

A regra da maioria numa democracia é sempre a principal premissa. Seja por eleições, seja por decisão coletiva, é preciso considerar o candidato ou a decisão obtida pela maior quantidade de votos alcançados. As decisões da maioria não podem limitar os direitos da minoria. Para Bobbio (2011), nenhum regime político, seja ele democrático ou não, nunca conseguiu cumprir integralmente o conteúdo dessas normas. Por isso, ele trata certos regimes democráticos como mais ou menos ideais; ou até mais ou menos democráticos.

As dificuldades de garantir as regras supramencionadas podem ser entendidas a partir da investigação de um regime democrático considerado concreto, se observa um possível desvio entre o que está posto no enunciado nas normas e regras e o modo como elas são ou não aplicadas à realidade. É isso que nos permite distinguir democracias reais, sendo estas mais ou menos democráticas.

A democracia, que é uma forma de governo fundamentada na soberania do povo, é um processo em constantes modificações, daí a importância de se implementar critérios para definir o exercício do poder político; para isso, cabe aos regimes democráticos otimizar e lapidar o seu método no que tange as “regras do jogo” (BOBBIO, 2009).

Tanto a democracia representativa, quanto a democracia direta derivam do mesmo princípio de soberania popular, haja vista a premissa de que todo poder emana do povo. Porém, elas se diferenciam pelas modalidades e pelas formas com que essa soberania é exercida. Em meio às inúmeras questões sobre a necessidade de se intensificar a democracia no decorrer do século XX, Bobbio (2009) menciona que tanto a democracia representativa como a democracia direta não são dois sistemas alternativos, ou seja, onde existe uma, pode haver a outra, uma vez que são dois sistemas que podem se integrar concomitantemente.

O que define uma democracia representativa em Bobbio (2009, p. 56-57) pode ser entendido como:

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aquele que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. [...]. Em outras palavras, um Estado representativo é um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc.

No que tange a democracia direta, trata-se do sentido em que direto quer dizer que o indivíduo participa pessoalmente das deliberações, ou seja, não há intermediários nas questões em que dizem respeito à sociedade em que ele participa.

Bobbio (2009) afirma que mesmo com a consolidação da democracia representativa, o desejo por uma efetiva participação nunca desapareceu dos programas políticos de muitos grupos, que objetivavam um governo em que o poder fosse exercido pelo povo e para o mesmo.

No que tange o direito formal e o direito real, temos que, sobre o aspecto formal há aquilo que o ordenamento de determinado local traz como obrigatório, ou seja, regras e normas que preveem o que deve ou não ser feito. Em contrapartida, o aspecto formal diz respeito a como está sendo aplicado o que é proposto em âmbito formal, o que nem sempre, em uma democracia, condiz à prática ou, dificilmente se mostra efetiva.

2.2 A ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA

Toma-se como verdade que, ao longo do regime do *apartheid* na África do Sul, os elementos essenciais de uma democracia não estavam presentes. Por outro lado, pode-se afirmar que, diante daquele contexto, não se via distante um Estado mais democrático. O processo de transição estava a eclodir e elementos que resgatavam as bases democráticas surgiam, ainda que construídos a partir de caminhos tortuosos.

O início da desativação do *apartheid* ocorreu durante o governo do presidente Frederick De Klerk, num processo bastante turbulento que teve como ápice a libertação de Nelson Mandela, o que foi o ponto de partida para sua eleição à presidência do país em 1994.

Este processo de desativação, como era de se esperar, foi um momento muito difícil, com incontáveis conflitos internos, onde se destaca dentre outros, a mobilização do grupo zulu Inkhata (aliado ao regime racista) contra os militantes do Congresso Nacional Africano, com o objetivo claro de desestabilizar todo o processo e intimidar aqueles militantes. O processo eleitoral foi precedido de negociações complicadas envoltas de um clima hostil, onde os principais pontos de discussão giravam em torno da garantia da posição de prosperidade da elite branca, a reintegração dos territórios dos bantustãos e a redivisão das províncias sul-africanas (PEREIRA, 2013).

Como resultado deste processo inicial, foram construídas regras e procedimentos que permitiam o exercício da democracia, a fim de garantir a participação da sociedade e a lisura do processo político.

No contexto atual, o governo sul-africano funciona segundo um sistema parlamentar, ou seja, o presidente é ao mesmo tempo chefe de estado e chefe de governo. Assim, é eleito numa sessão conjunta do parlamento bicameral, que consiste de uma Assembleia Nacional ou câmara baixa (casa eleita diretamente pelos eleitores), e um Conselho Nacional de Províncias ou câmara alta (eleito pelas províncias para garantir que os interesses provinciais sejam levados em consideração na esfera nacional de governo).⁹

O Presidente é eleito pela Assembleia Nacional e exerce um mandato de cinco anos (elegível para um segundo mandato), sendo o sufrágio universal, a partir dos 18 anos.¹⁰

⁹ SOUTH AFRICA. **Parliament**. How Parliament is structured. S. d. Disponível em:

<http://www.parliament.gov.za/live/content.php?Category_ID=25>. Acesso em: 14 jun. 2016.

¹⁰ VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (Orgs.). **África do Sul: história, Estado e sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. 272 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

A Assembleia Nacional é constituída de 400 membros, eleitos em representação proporcional. O Conselho Nacional de Províncias, (substituto do senado em 1997), é composto por 90 membros representando nove províncias da África do Sul, além das grandes cidades.

As províncias da África do Sul possuem uma Legislatura Provincial unicameral e um Conselho Executivo liderado por um primeiro-ministro. Os artigos que regulam o sistema político sul-africano são da Constituição de 1996 que passou a vigorar em 1997.

Diante disso, a figura do parlamento foi posta em evidência, onde foi pactuado que o presidente seria eleito pelo próprio parlamento e que caberia à esta instituição mudar a constituição, sendo necessário para tanto, dois terços dos votos dos parlamentares. O Congresso Nacional Africano (CNA) governava em coalizão com o Partido Comunista da África do Sul, portanto a grande disputa seria impedir que o CNA atingisse o patamar de 67% dos votos, como medida de manutenção dos privilégios negociados de “direito das minorias” (leia-se, o privilégio socioeconômico da elite branca). Ao mesmo tempo, a federação empresarial, bem como os organismos financeiros internacionais, defendiam arduamente a bandeira da política econômica liberal (PEREIRA, 2013)

Naquele momento, vale ressaltar as conquistas dos negros, que foi o poder de votar e, principalmente, o direito de se locomover livremente pelo país, que culminou na busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Essa melhoria nos direitos básicos dos negros, em contrapartida, gerou vários problemas de marginalização, como o surgimento de enormes favelas junto às grandes cidades, evidenciando a alto grau de pobreza das regiões longínquas, que se encontrava oculto, regiões estas onde as “comunidades tribais” eram obrigadas a permanecer.

Apesar de não haver emprego para grande parte dessa população, devido às condições anteriormente vividas por estes migrantes, houve grandes melhorias, pois de uma forma ou de outra, agora estavam com um mínimo de acesso à saúde, à educação, à energia elétrica e, gradativamente à moradia. Contudo, inegavelmente, há frustração pela falta de emprego, desigualdade social (agora há termo de comparação) e o resultado é o aumento da criminalidade, especialmente juvenil.

Para tentar organizar essa nova dinâmica urbana foi criado o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (em inglês, *Reconstruction and Development Programme – RDP*), que consistia em desenvolver políticas sociais a fim de sanar a situação dos negros em relação ao desemprego, à precariedade de habitação, a falta de acesso à terra (questão fundiária), à educação, à saúde e às demais condições de desenvolvimento social. O RDP

tinha como prioridades as questões em torno da oferta de trabalho, habitação, acesso à água e saneamento básico.

Além dessas questões prioritárias de curto prazo, o programa tinha como propostas desenvolver recursos humanos, reconstruir a economia, no tocante ao crescimento, o desenvolvimento, a reconstrução, a redistribuição de renda e a reconciliação. Todas essas ações estavam amarradas ao objetivo principal de democratizar o Estado e a sociedade sul-africana (PEREIRA, 2013).

As metas desse programa foram um tanto quanto ambiciosas, visto o panorama socioeconômico em que o país se encontrava. Evidentemente, parte dessas metas não puderam ser alcançadas, porém, a implementação de algumas políticas acabou por despertar as possibilidades de investimento no país. Num segundo momento, no ano de 1996, o governo lançou a chamada Estratégia de Crescimento, Emprego e Redistribuição (em inglês, *Growth, Employment and Redistribution – GEAR*), com meta inicial de crescimento econômico na casa dos 6%, com criação de mais de 1,3 milhões de empregos fora da agricultura, crescimento médio de 11% das exportações de manufaturados e 12% na taxa de investimento real. Políticas claras voltadas para o processo de transição econômica de uma sociedade que estava massivamente fora das regiões urbanizadas e que agora inflavam os centros urbanos. A elaboração das bases do GEAR foi caracterizada por controvérsias políticas, porém em 1997 uma conferência do CNA estabeleceu definitivamente as diretrizes da nova política.

A dificuldade em alterar a estrutura econômica era evidente naquele momento. Dentre outros fatores, as formas particulares e impessoais de marginalização dessa estrutura se chocavam com os objetivos nacionais em face aos interesses internacionais. As inovações de algumas relações econômicas entraram em choque aos procedimentos adotados até então, como exemplo as mudanças nas práticas de emprego frente ao setor de negócios. Em 1998, para tentar democratizar o acesso ao emprego, foi instituído um ato de igualdade e empregabilidade com objetivo de garantir condições iguais de contratação para grupos historicamente discriminados. Esse ato proibia entre outros aspectos as discriminações injustas, definia critérios de recrutamento e processos seletivos, bem como salários, treinamento, metas de desempenho, promoções e questões disciplinares (PEREIRA, 2013).

Seguindo a linha de sucessão de poder, em 1999 Thabo Mbeki assume o governo, cumprindo dois mandatos até 2008. O primeiro mandato foi garantido em 1998 pelo Congresso Nacional Africano com quase 67% dos votos. Já o segundo mandato foi conquistado após pleito nacional em 2004. O governo de Mbeki teve como herança inovações econômicas importantes, ao passo que houve também medidas controversas e suscetíveis a

inúmeras críticas no âmbito da comunidade internacional, bem como órgãos internos. O maior plano de reestruturação econômica, conhecido como Capacitação Econômica da Maioria Negra (em inglês, *Black Economic Empowerment* – BEE), foi lançado oficialmente em seu governo, que deixou como legado uma maior participação da maioria negra na economia.

Por outro lado, Mbeki recebeu diversas críticas de setores de oposição ao seu governo, que argumentavam a negligência de Mbeki em exercer a liderança regional da África do Sul, para conter as práticas de Robert Mugabe – antigo aliado do CNA – no Zimbábue. Outro ponto bastante criticado foi o crescimento do *Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome* (HIV/AIDS) em níveis de pandemia no país. Algumas estimativas apontaram em torno de 5,5 milhões de pessoas infectadas por aquele vírus. Mbeki havia feito declarações públicas de que o HIV/AIDS não levava necessariamente à AIDS, deixando a população sem o devido acesso aos medicamentos antirretrovirais até o ano de 2004, quando organismos internacionais e nacionais fizeram pressões que praticamente o obrigaram a implementar o tratamento para a população (PEREIRA, 2013).

O desemprego, principalmente da população negra, ainda era latente no país. Essa realidade desencadeou várias críticas à manutenção das políticas neoliberais, apesar de vários avanços na área habitacional, saúde e educação. A manutenção dessas políticas demonstrava o grande poder da confederação empresarial. Nesse período, o CNA sofreu com várias tensões internas, no tocante aos grupos que era contra as diretrizes neoliberais adotadas e seguidas por Mbeki na condução da economia (PEREIRA, 2010).

Os aliados de esquerda do CNA (os comunistas e a central sindical Cosatu), opositores da política neoliberal de Mbeki, apoiavam o vice-presidente Jacob Zuma, o que culminou em divergências entre o presidente e o vice-presidente. Mbeki demitiu Zuma em 2005, após acusações de corrupção por envolvimento no acordo das armas, o que desencadeou um processo judicial contra Zuma. A demissão foi o estopim do crescimento da oposição, onde surgiram declarações de que o processo teria sido motivado por aliados de Mbeki e pela imprensa, o que o levou a ser arquivado.

Os planos de Zuma de pleitear a presidência do país vieram à tona em 2006, o que aumentou a tensão entre ele e Mbeki. Em 2007, Zuma foi eleito para a presidência do Congresso Nacional Africano, derrotando Mbeki. Em setembro de 2008, por pressões partidárias, Mbeki renunciou ao cargo de presidente do país, levando onze ministros a o seguirem. A renúncia de Mbeki junto da debandada dos ministros gerou várias tensões no mercado financeiro, inclusive pela saída do ministro das finanças Trevor Manuel, um dos

integrantes da criação de um partido dissidente. Mbeki já vinha centralizando excessivamente o poder, minando alianças partidárias principalmente com a esquerda do CNA.

Em resumo, o período de Mbeki no governo teve sucessos em relação à recuperação econômica do país, que ficou em torno de 4,5%. Em seu governo, a África do Sul alcançou status de líder regional com reconhecimento internacional. Kgalema Motlanthe, político aceito tanto pela oposição quanto pelo CNA, foi quem assumiu o governo com a saída de Mbeki, até as eleições de abril de 2009. Nesse ínterim, um clima de instabilidade surgiu encabeçado por tensões internacionais que surgiram em relação ao futuro do país, ao que o Congresso Nacional Africano tomou a postura de argumentar que seriam mantidas as mesmas diretrizes outrora fixadas.

O ambiente se tornou mais favorável quando o ministro Manuel se dispôs a retornar ao cargo sob comando do novo governo. Em suma, o CNA saiu vitorioso do pleito, iniciando seu quarto mandato sob o controle e domínio político na África do Sul. Consequentemente eleva-se a figura de Jacob Zuma, que foi eleito presidente no dia 6 de maio. A eleição de Zuma aumentou as expectativas de fortalecimento da influência da esquerda, em especial aos aliados do CNA, devido ao caráter de conciliação que estavam sendo promovidos pelo presidente. (PEREIRA, 2010)

Com a saída de Mbeki e seus aliados, naturalmente os ministérios tiveram que ser recompostos, fato que gerou certa insegurança quanto ao futuro das políticas já desenvolvidas. Mais uma vez o CNA assume papel protagonista levantando a questão de afirmação de continuidade dos rumos da política de crescimento da economia, sem a modificação de suas bases. Os objetivos, de acordo com o manifesto do partido, tinham a intenção de erradicar a pobreza no país, aumentar a provisão de benefícios públicos; porém, não ficou claro quais seriam os caminhos e as ações para cumprir tais itens.

A economia sul-africana, nesses últimos tempos, tem operado alguns “milagres” evolutivos, construindo uma boa base industrial, porém ainda se encontra atrás dos países do chamado BRICS (Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul) – incorporada em 2010 - grupo de países em desenvolvimento. Na esfera regional, contudo, a África do Sul é o país mais desenvolvido do continente Africano, estando no centro de redes de transporte e logística, resultado da herança de toda a infraestrutura de anos de colonialismo inglês.

A posição de liderança da África do Sul na África se assemelha à liderança exercida pelo Brasil na América do Sul, mais precisamente pelo poder econômico e militar. Essa característica torna a África do Sul o grande polo integrador regional, se inserindo ao bloco da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em inglês, *Southern Africa*

Development Community – SADC)¹¹, fortalecendo-o. Em âmbito global, mais precisamente nas relações da África do Sul com a Ásia e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bem como sua projeção e influência no centro do continente africano, possibilitaram a sua reivindicação a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo apoiada por diversos países, sobretudo do BRICS (PEREIRA, 2010).

O papel de líder da África Negra é consequência de seu significativo poder político, sua contribuição para a pacificação da África Austral e sua ativa participação na diplomacia e desenvolvimentos do continente nos marcos da Organização da Unidade Africana/União Africana (OUA/UA). Os princípios que norteiam as relações globais do governo sul-africano, principalmente na ONU são o multilateralismo, sua atuação na promoção da paz, do desenvolvimento e da multipolaridade. Isso se evidencia nas defesas que líderes sul-africanos fizeram a direitos de outros países, como Mandela quando defendia o direito de Cuba e da Líbia à autodeterminação, como Mbeki na crítica que levantou contra os Estados Unidos da América (EUA) quando da invasão do Iraque, sem autorização da ONU.

Outro ponto de destaque de sua política de relações internacionais se deve a sua integração ao chamado G-3, ou Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), onde o país tem exercido um importante papel de protagonista da política internacional, evidenciando seu enorme poder de influência. Uma herança da África do Sul “branca” são as forças militares, contando com um poderoso e moderno sistema, tendo mesmo que renunciar ao projeto nuclear. Sua posição geopolítica é explicitamente estratégica, uma economia com diversos potenciais, capital e bagagem político-diplomática preciosa, certamente exercendo a liderança necessária ao desenvolvimento africano (PEREIRA, 2010).

¹¹ Organização sub-regional de integração econômica dos países da África austral. Foi criada em 17 de agosto de 1992.

3 A ATUAL DEMOCRACIA NA ÁFRICA DO SUL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

A partir da complexidade histórico-cultural da África do Sul, nota-se que o desenvolvimento econômico e a dinâmica política do país são muito dependentes da estabilização social. As principais questões a serem enfrentadas pelo governo da África do Sul no contexto atual são os problemas referentes ao que o regime do *apartheid* deixou como herança, ou seja, o nascimento de uma democracia, o combate à exclusão social e racial, a ampliação dos direitos políticos e sociais, além da difusão de direitos para a população negra e a modernização via o desenvolvimento econômico.

Desta forma, os principais desafios do país têm relação direta com as medidas voltadas para as camadas sociais e étnicas e suas respectivas relações, no sentido de pensar a inclusão social dos negros que outrora foram segregados.

Entre os anos 1995 e 2000, aproximadamente metade da população na África do Sul vivia abaixo da linha da pobreza. E a questão mais preocupante seria como o governo enfrentaria os níveis de desemprego no país, que ainda em 2007 atingia 1/4 da população economicamente ativa (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Assim, uma das ameaças principais à estabilidade pode ser vista nos elevados índices de criminalidade. Os altos números podem ser considerados estabilizados desde 1990 quando a cidade de Joanesburgo ficou conhecida como a capital mundial do crime, pois de uma média de 51 assassinatos em 100 mil habitantes na década passada, em 2005 registrou-se a média de 40 assassinatos para cada 100 mil.

Apesar disso, há poucas evidências de que o governo tem os artifícios certos e os recursos disponíveis para melhorar a situação a partir do atual nível de insegurança pessoal. Grupos de extermínio e de extrema direita têm surgido e se tornado mais uma ameaça à estabilidade social, juntamente com a insatisfação de casos, por exemplo, de nepotismo e corrupção, especialmente em nível de governos locais, o que tem refletido em violentos protestos.

Outra questão a ser enfrentada na África do Sul, no século XXI, refere-se às migrações internas. Partindo do princípio de que o fator principal que motiva a mobilidade populacional é a procura por emprego e inclusão social (educação e saúde), o governo deve incluir programas de desenvolvimento locais e regionais que fixem as populações. Paralelo a isso, o volume imigratório regional tem como uma das consequências mais nítidas ondas de violência xenófoba, que em 2008 resultaram na morte de mais de 60 pessoas, a maioria de imigrantes de países como o Zimbábue, Moçambique, além do Burundi, Angola, República

Democrática do Congo, Etiópia, Nigéria e Sudão (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Uma pesquisa realizada em 2006, do Projeto de Migração da África Austral (em inglês, *Southern African Migration Project – SAMP*), mostrou uma acentuação nos níveis da intolerância, comparativamente a uma análise equivalente feita em 1999, constatando que:

[...] o número de sul-africanos que aceitam limites (ou uma proibição total) da imigração subiu de 65% em 1997 para 78% em 1999 e a proporção daqueles que são favoráveis à imigração (sem empregos disponíveis) caiu de 29% para 12%; 76% das pessoas interrogadas exigem a eletrificação das fronteiras, enquanto que 65% exige que os refugiados sejam confinados nos centros de acolhimento junto dos postos fronteiriços; 61% da população é favorável à deportação de imigrantes portadores do HIV/AIDS, contra 9% de oposição. O estudo ainda refere que 66% dos entrevistados argumentam que os imigrantes estão associados ao crime, além de estarem se apropriando dos recursos que deveriam ser destinados aos sul-africanos [...] (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 261-262).

Os imigrantes dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em inglês, *Southern Africa Development Community – SADC*) são aceitos mais facilmente que os de outros países africanos, embora os imigrantes da América do Norte e da Europa sejam percebidos de forma muito mais favorável que os outros dois grupos. O índice de votos favoráveis aos nativos da África Austral chega a 39% dos entrevistados, sendo que os imigrantes mais facilmente aceitos são dos de Botsuana, Lesoto e Suazilândia. Para os imigrantes de Moçambique, o índice cai para 14% sendo que Zimbábue aparece com 12% dos que consideram menos favoráveis. Os angolanos, nigerianos e somalis aparecem da lista dos mais impopulares (CRUSH, 2008).

A legislação na África do Sul, no que se refere à imigração, é vista como deficiente. Foi assinado em 2002 um novo Ato de Imigração, que tinha como base ações voltadas à extirpação da xenofobia, tanto no serviço público quanto na sociedade em geral. Apesar de todo o esforço e a intenção de aplicação do programa, não foram tomadas atitudes suficientes para alcançar os resultados, sobretudo junto ao Departamento de Assuntos Internos no que toca à reeducação dos funcionários. Não foi dada a devida ênfase às pesquisas da Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos e também da SAMP no que tange a ascensão da xenofobia no país, tanto que um crescente movimento xenófobo vem acontecendo em todo o território sul-africano desde 2006.

A ideia de “nação arco-íris”¹² tem sido o pilar dos projetos de reconstrução do país e dos símbolos considerados políticos para o resgate da identidade da nação. Um exemplo dessa reestruturação mostra-se nas ações afirmativas referentes ao mercado de trabalho, propostas pelo governo desde 1999.

Como destaque das estratégias de crescimento, indubitavelmente observa-se a Lei sobre a Igualdade no Emprego (*Employment Equity Act*) de 1999, e a posterior política de Capacitação Econômica da Maioria Negra (em inglês, *Black Economic Empowerment – BEE*), de 2003, com objetivo claro de corrigir erros do passado e acima de tudo, dar bases para todas as potencialidades econômicas do país, proporcionando igualdade de condições de trabalho a todas as camadas da população, com a criação e fortalecimento de uma classe proprietária negra, em contrapartida, garantindo a manutenção de propriedade da minoria branca (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Um dos pilares para combater o racismo no país é a criação de uma classe negra forte, para tanto, é necessária uma parceria entre todos os setores da sociedade, através de ações que assegurem uma economia estável e crescente com objetivo real de erradicação das desigualdades do passado, a fim de assegurar um futuro equilibrado e equitativo. Ainda à época do governo de Nelson Mandela estas estratégias para condução das políticas de erradicação das desigualdades ainda não estavam claras, ficando mais claras no primeiro governo de Mbeki, onde diversas tensões sociais evidenciaram essa necessidade com um desafio à ordem democrática estabelecida.

Dados da época apontavam a disparidade de ocupação de cargos superiores por negros, a exemplo do setor de mineração, onde mais de 70% da força de trabalho era negra, enquanto menos de 5% dos cargos de gerência eram ocupados por eles. Esse fato levou o governo a estabelecer metas, onde empresas de mineração teriam que distribuir os cargos de chefia, sendo que 40% deles deveriam ser ocupados por negros sul-africanos (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Dentre os objetivos para a próxima década, destacam-se ações ainda no ramo da mineração (um dos pilares da economia), onde se projeta a transferência de 26% dos ativos do setor para empresas de propriedade de negros, controle por parte de empresas de proprietários negros da ordem de 51% dos projetos futuros do setor e concomitantemente, incentivos para as empresas privadas empregarem mão de obra negra.

¹² Nação em que Mandela acreditava ser possível onde todas as “cores” pudessem conviver harmonicamente. Cf. LIMA, J. A. Nelson Mandela (1918-2013). In: **Carta Capital**, 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/nelson-mandela-1918-2013-2660.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

O sistema de saúde é indiscutivelmente um dos maiores desafios nesse século para a África do Sul, onde em 2006 foram aplicados 9% do Produto Interno PIB. Naquele ano, a ocupação de leitos especificamente para casos de *Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome* (HIV/AIDS) estava na ordem de 40% do total de leitos, e chegando a 60% em alguns hospitais, tanto públicos ou privados de um total de 25 mil na rede privada e 111 mil na rede pública.

Algumas das ações do governo para tratar do impacto da pandemia de HIV/AIDS foi a criação de programas de saúde básica e de primeiros socorros, o chamado *Primary Health Care* (PHC)¹³, bem como a reorientação de recursos da saúde e alocação para programas voltados para a pandemia. Embora esse esforço tenha sido providencial para conter o avanço da pandemia, não foi suficiente para um impacto maior e amplo, pois os recursos não chegaram para todos e parte da população continua desprotegida, com falta de profissionais e leitos (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

A discrepância de gastos com a saúde é evidente quando se compara o setor público e privado, onde 60% desses gastos são oriundos da rede privada, atendendo apenas 20% da população.

Vários avanços ocorreram no sistema educacional a partir de 1994, principalmente ao acesso e ampliação de alunos matriculados, bem como ao aperfeiçoamento do nível de ensino, ações implantadas a todos os níveis, da educação básica à superior.

Começando pela educação básica, que dentre outros problemas, contava-se com um alto índice de analfabetismo (cerca de 24% da população adulta), além do uso exclusivo da língua materna, a formação deficiente dos professores, o precário acesso a bibliotecas e outros meios de comunicação, passaram a entrar na pauta de ações para resolução dessas precariedades (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Algumas das ações foram a exclusividade de escolha de duas línguas oficiais por parte dos alunos (inglês e africâner) – num rol de 11 línguas oficiais. Ainda são objetos de debate, a revisão dos Currículos Nacionais, os programas de qualificação profissional e os programas de qualificação tecnológica, ponto importante a ser desenvolvido, visto que em 2007 apenas 22% das escolas contavam com laboratório de informática. Em 2006, o setor recebia aproximadamente 18% do orçamento nacional, abrigando por volta de 13 milhões de alunos e

¹³ Cf. AIDSMAP. **Africa**: Pan-African organisations. S.d. Disponível em: <http://www.aidsmap.com/v635139697450000000/file/1186578/02_HASW_2013_Africa.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

ainda assim, a maioria das escolas encontravam-se sem recursos suficientes, sem abastecimento e com superlotação.

Em relação ao ensino superior, estão alocados aproximadamente 680 mil estudantes espalhados entre as 11 universidades tradicionais, 6 técnicas e 6 instituições mistas, numa proporção de 60% de negros, 27% de brancos, 7% de asiáticos e 6% de outros grupos. Um dado a ser considerado é que mais da metade dos estudantes são mulheres, num total de 54%, o que pode servir como base para estudos futuros sobre o mercado de trabalho e inserção da mulher (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

O objetivo principal desse conjunto de ações por parte do governo sul-africano, visa a diminuição das instabilidades internas, com ações nas áreas críticas de desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às ações nas áreas de emprego, educação e saúde.

A exemplo dessas ações, temos a nítida iniciativa do Plano de Reconstrução e Desenvolvimento, estruturado em 1994 por Nelson Mandela, que serviu como ponto de partida para diversos outros programas e ações. O referido plano propunha o fortalecimento dos recursos humanos através da integração de setores estruturantes como o setor industrial, o setor habitacional e o educacional através da imposição do conceito de aprendizado, e também da reestruturação e integração do treinamento e educação da pré-escola até o ensino superior.

A valorização do capital humano aliada à capacitação, feitas através de ações efetivas no plano sociocultural, é a base de estruturação para o desenvolvimento econômico, que por sua vez necessita de uma política de distribuição de renda para transformar a frágil situação social na base sustentadora dessa potência emergente africana (RIZZI apud VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Como outros países emergentes, a África do Sul tem se esforçado para não ficar em situação mais crítica. O desenvolvimento do setor privado está mais intimamente ligado ao capital e pouco ao trabalho, ainda assim, não consegue superar a taxa de 5% que seria essencial para combater o desemprego. Grandes empresários sustentam que a falta de investimento na educação e a regulamentação do mercado de trabalho contribuem para a escassez do número de empregos. O governo, por sua vez, mantém o foco nos negócios pequenos e informais, bem como nos serviços públicos com o propósito de gerar mais trabalho para a população.

Em 2010, um dos maiores e mais importantes eventos esportivos do mundo foi realizado na África do Sul: a Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). O governo local investiu, junto com a iniciativa privada, bilhões de

dólares da infraestrutura do país. Rodovias, aeroportos, hotéis e estádios foram construídos ou reformados. Além de intensificar a economia local, o evento melhorou as condições de infraestrutura do país. A África do Sul também passou a ser mais conhecida no cenário mundial.¹⁴

Ainda assim, é visível que após duas décadas do regime, a África do Sul não se livrou de percalços de ordem política: a dificuldade de organização da sociedade civil e a corrupção no interior da política partidária. Além disso, nas últimas décadas, notou-se a formação de nova elite política. O favoritismo aliado à corrupção permeiam o acesso a cargos públicos e, não raro, a ascensão social de grupos considerados emergentes.

No entanto, o Congresso Nacional Africano tem passado por conflitos internos, alguns políticos abandonaram o partido, enquanto outros foram expulsos. Após duas décadas, a crise política do Congresso Nacional Africano (CNA) não deriva somente da longa permanência na situação, mas também dos mínimos resultados nas áreas sociais como saúde, educação, além das altas taxas de desemprego.

Um legado de desconfiança e, principalmente, de amargura foi herdado do regime do *apartheid*. Atualmente, os políticos estão priorizando a redução das desigualdades de *status* que continuam a contribuir com problemas raciais. Ao que tudo indica, a democracia tem sido bem recebida pelos sul-africanos. Entretanto, a linguagem da democracia e sua interpretação são complexas e cheias de sentidos compreendidos das mais diversas maneiras.

¹⁴ Cf. SEDIAR a Copa de 2010 valeu a pena para a África do Sul? In: **BBC Brasil**, 14 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140513_vox_africa_jf_lk>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CONCLUSÃO

Ao mesmo tempo em que já se passaram 22 anos da eleição de Nelson Mandela como presidente e do fim do *apartheid*, a África do Sul possui um claro contraste. Este é visto entre o consenso obtido pelo fim do regime e a sociedade que o país é hoje.

É importante lembrar que nenhuma transição pacífica de poder de um partido político para outro ocorreu desde 1994, ao passo que a democratização não pode ser vista apenas pela ocorrência de eleições regulares, livres e justas, mas também deve ser compreendida através da transferência regular de poder político entre partidos distintos.

É fato que a promessa do fim do *apartheid* resultaria em “uma vida melhor para todos”, está longe de ser realidade. Existe uma discrepância enorme entre a transformação política do fim do regime e entre as condições sociais atuais herdadas do *apartheid*.

É possível verificar esse paradoxo através do próprio pacto político de transição para a África do Sul pós-*apartheid*. As negociações de paz foram possíveis pela luta do povo sul-africano e pela solidariedade internacional, mas não foram suficientes para acabar com o regime, que contava com superioridade militar e com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA). Os acordos representaram o fim do regime de *apartheid*, mas não trouxeram ao país a mudança democrática de suas estruturas econômicas e sociais.

Não significa que tudo continuou da mesma maneira. Os governos incrementaram mais verbas em políticas sociais, a classe média negra foi ampliada e alguns setores negros foram anexados à elite do país. Ainda assim, infelizmente, grande parte da população continua vivendo em condições miseráveis, com uma taxa de desemprego absurda (ultrapassando os 20%) e com índices que dobram essa cifra para a população negra.

Desde o fim do *apartheid*, os governos da África do Sul fizeram acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), além disso, o fim do *apartheid* coincidiu também com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o clima do Consenso de Washington. O fato é que esses acordos entregaram aos negros – através de seu partido, o Congresso Nacional Africano (CNA) – o controle político, mas deixaram o controle da economia nas mãos dos brancos.

Os controles sobre a circulação de capitais foram alargados, empresas estatais foram privatizadas, as políticas sociais pouco foram atendidas. A economia cresceu até a crise internacional surgida no ano de 2008, onde, de certa forma, a África do Sul não apresentou meios de defesa, desarticulados por políticas econômicas neoliberais.¹⁵

Desta maneira, como resposta ao problema da pesquisa, é possível afirmar que sob uma perspectiva formal, a África do Sul obteve sucesso em sua caminhada para o alcance da democracia, uma vez que direitos políticos, sociais e civis foram adquiridos pela população negra, trazendo uma nova ordem social e política para o país.

Por outro lado, ainda há entraves que dificultam a democracia real. Mais de vinte anos após o fim do regime do *apartheid*, a herança do racismo institucionalizado é notado na África do Sul não só não âmbito da discriminação culturalmente enraizada, mas também nas intensas desigualdades socioeconômicas.

Por fim, pode-se dizer que o caminho para a considerada democracia real ainda é longo. A África do Sul, apesar de todos os avanços formais, ainda sofre muito com a herança do racismo e com inúmeros problemas na economia, infraestrutura e altos níveis de desemprego.

¹⁵ Cf. SADER, E. África do Sul: 20 anos pós-apartheid. In: **Blog do Emir**, 25 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/africa-do-Sul-20-anos-pos-apartheid/2/30789>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

REFERÊNCIAS

- AIDSMAP. **Africa**: Pan-African organisations. S.d. Disponível em: <http://www.aidsmap.com/v635139697450000000/file/1186578/02_HASW_2013_Africa.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CASALS, X. Mandela: el forjador de una nueva Sudáfrica. **Clío**: Revista de História, Barcelona, n. 100, p. 75-79, 2010.
- COMITINI, C. **Africa arde. Lutas dos povos africanos pela liberdade**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- CRUSH, J. (Ed.). **The perfect storm**: the realities of xenophobia in contemporary South Africa. Cape Town: The Southern African Migration Project/Idasa, 2008. (Migration Policy Series, n. 50)
- JONGE, K. **África do Sul**: apartheid e resistência. São Paulo: Cortez EBOH, 1991.
- LIMA, J. A. Nelson Mandela (1918-2013). In: **Carta Capital**, 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/nelson-mandela-1918-2013-2660.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.
- MAGNOLI, D. **África do Sul**: o racismo como instituição, conflitos internos e pressões externas, o futuro da África do Sul. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- NELSON Mandela. In: **UOL Educação**, São Paulo, 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/nelson-mandela.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- OLIVEIRA, E. P. B.; CARMO, E. F. África do Sul: pós-*apartheid* e Comissão de Verdade e Reconciliação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 20, n. 4215, jan. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29685>>. Acesso em: 1º jun. 2016.

PEREIRA, A. D. A (longa) história da desigualdade na África do Sul. **Mal-estar na Cultura**, Porto Alegre, abr./nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/AfricaDoSulDanileviczPereira.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

_____. **A África do Sul pós-apartheid**: limites e possibilidades de uma potência emergente *in* **Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PRESIDENTE da África do Sul escapa do impeachment. In: G1, **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 05 de abril de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/presidente-da-africa-do-sul-escapa-do-impeachment.html>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

RIZZI, K. África do Sul: instituições e sociedade. In: VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. (Orgs.). **África do Sul**: história, Estado e sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. 272 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SADER, E. África do Sul: 20 anos pós-apartheid. In: **Blog do Emir**, 25 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/africa-do-Sul-20-anos-pos-apartheid/2/30789>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SEDIAR a Copa de 2010 valeu a pena para a África do Sul? In: **BBC Brasil**, 14 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140513_vox_africa_jf_1k>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SOUTH AFRICA. **Parliament**. How Parliament is structured. S. d. Disponível em: <http://www.parliament.gov.za/live/content.php?Category_ID=25>. Acesso em: 14 jun. 2016.

TRADINGS ECONOMICS. **África do Sul – Indicadores econômicos**. S. d. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/south-africa/indicators>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In: _____. (Orgs.). **África do Sul**: história, Estado e sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. 272 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____; _____. (Orgs.). **África do Sul**: história, Estado e sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. 272 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

WIKIPÉDIA. **Ubuntu**. S. d. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ubuntu>>. Acesso em: 02 jun. 2016.